

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Contra o aborto

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, o projeto de decreto legislativo (PDL 3/25) que suspende uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) relacionada ao direito de crianças e adolescentes ao aborto legal. O texto passou com 317 votos a favor, 111 contra e uma abstenção.

Reação ao Conanda

A medida susta a Resolução nº 246/2024, editada pelo Conanda, que reconhece o acesso ao aborto legal como parte dos direitos sexuais e reprodutivos de meninas vítimas de violência. Os parlamentares favoráveis ao PL questionaram diversos pontos da resolução, publicada pelo governo federal.

Direito à vida

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) comemorou o resultado. “Conseguimos derrubar a resolução do Lula, do Conanda, que estava facilitando o aborto no Brasil de forma ilegal”. Horas antes, o parlamentar de oposição disse: “A esquerda, sempre a favor do aborto, fez de tudo para tentar barrar o nosso PDL. Tentaram, mas não conseguiram. Vencemos! O direito à vida venceu!”

Sem direitos

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) criticou o resultado da votação. “Querem que meninas, vítimas de estupro, não saibam dos próprios direitos”. E alertou: “Por ser um PDL, caso ele seja aprovado no Senado, o presidente Lula não poderá vetá-lo”.

Só homens

Também nas redes sociais, a deputada Célia Xacriabá (PSol-MG) observou: “Essa é a mesa que decide sobre a vida de meninas e mulheres vítimas de estupro”. Na mesa diretora da Câmara que conduziu a votação, só havia homens.

Agro no caminho da sustentabilidade



Em tempos de COP30 em Belém, a colaboração internacional em favor de uma agricultura sustentável e inovadora nas Américas ganhou força. Prova disso é o apoio do governo brasileiro na Conferência dos Ministros da Agricultura das Américas 2025, encerrada ontem em Brasília. Um marco desse encontro foi a eleição do engenheiro agrônomo Muhammad Ibrahim como diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Indicado pelo governo da Guiana, Ibrahim foi escolhido pela maioria dos ministros de 32 países-membros. Com mandato até 2030, o novo diretor-geral do IICA pretende estreitar a cooperação entre os países do continente e reforçar a agricultura

como motor de desenvolvimento e inclusão social. A eleição foi presidida pelo ministro da Agricultura Carlos Fávaro, que também lidera a Junta Interamericana de Agricultura (JIA). Fávaro disse esperar um futuro de sustentabilidade, biocombustíveis e energias renováveis no agronegócio. Outro integrante da Esplanada que manifestou apoio ao IICA foi o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira. Ontem, no encerramento da Conferência dos Ministros da Agricultura das Américas, ele defendeu uma aliança hemisférica que busque soberania alimentar, transição agroecológica e resiliência climática.

Ausentes

Durante a votação do PDL contra o aborto, 83 deputados estavam ausentes. A proposta teve apoio do PL e de partidos do centrão. Apesar da orientação contrária do PT, dois deputados da legenda — Marcon (RS) e Valmir Assunção (BA) — votaram a favor. O texto ainda precisa ser analisado pelo Senado.

Emenda Caiado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União) tem um conjunto de propostas de emendas ao projeto de Lei Antifacção em tramitação no Congresso Nacional. Entre outras medidas, o governador propõe o fim das “saidinhas” para presos ligados a facções e aumento do tempo mínimo para progressão de regime. Caiado tem conversado com a bancada goiana para que as emendas sejam incluídas na proposta elaborada pelo Executivo.

Homenagem

No próximo dia 12, o Congresso Nacional realizará uma homenagem às viúvas dos quatro policiais mortos na megaoperação Contenção, no Rio de Janeiro. “É uma forma de demonstrar o respeito e a gratidão do Congresso Nacional pelo exemplo que encarnaram, para que seus filhos e filhas jamais esqueçam que seus pais foram homens de bem e que só podem despertar orgulho”, disse o senador Ciro Nogueira (PP-PI).

Heróis

Os quatro policiais mortos foram identificados como Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, 51 anos, conhecido como Máskara, comissário da 53ª DP (Mesquita); Rodrigo Velloso Cabral, 34, da 39ª DP (Pavuna); Cleiton Serafim Gonçalves, 42, 3º sargento do Bope; e Heber Carvalho da Fonseca, 39, também 3º sargento do Bope.

Colaborou Rafaela Gonçalves

SEGURANÇA PÚBLICA

Fontes do Executivo consideram documento de órgão dos EUA protocolar e que se solidariza com policiais mortos na ação contra o CV

Governo minimiza carta da DEA

» IAGO MAC CORD*

O governo federal minimizou a carta de condolências enviada pela Agência de Repressão às Drogas (DEA em inglês), do setor de Repressão às Drogas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, ao secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Victor dos Santos, por conta da Operação Contenção, contra o Comando Vermelho nos complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte da capital fluminense, que deixou 121 mortos — entre eles quatro policiais. O documento lamentou a morte dos agentes e o órgão norte-americano se coloca “à disposição para qualquer apoio que se faça necessário”. Fontes do governo federal ouviram pelo **Correio** garantiram que a carta — assinada por James M. Sparks, representante da DEA no

Consulado-Geral dos EUA no Rio — não representa ameaça à soberania nacional, pois consideram o conteúdo genérico e protocolar. Segundo as fontes, nada no documento indica afronta ao Poder Executivo ou ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ao **Correio**, o governo fluminense afirmou que as forças de segurança estaduais mantêm “constante troca de informações com instituições de combate ao narcotráfico dos Estados Unidos e de vários outros países”. “É nesse contexto que o DEA se coloca à disposição para qualquer apoio que se faça necessário (...). Essa interlocução nada tem a ver com qualquer permissão a ações do governo americano em solo brasileiro. Até porque não é permitido pela legislação brasileira”, destaca o Palácio da Guanabara. Entretanto, o Instituto Fogo Cruzado (IFC) — organização que monitora, coleta e divulga dados

Pablo Porciuncula/AFP



Ação contra o CV deixou 121 mortos. Agente do DEA destaca “admiração pelo trabalho das forças de segurança”

sobre a violência armada no Rio e em outras capitais do país — sugere que o “apoio americano precisa ser visto com cautela”. Para Cecília Olliveira, diretora-executiva do IFC, qualquer avaliação sobre o impacto de um eventual apoio dos EUA é “especulativa”. “Trata-se, antes de tudo, de uma questão política e diplomática. Ainda não há evidências de

que esse tipo de cooperação vá se traduzir em ações práticas na segurança pública do Rio. Mas é fato que o simbolismo desse apoio reforça uma narrativa que privilegia o confronto”, adverte. Cecília ressalta que “o Brasil não precisa do DEA para fazer política de segurança pública” e que especular sobre uma possível cooperação “só gera alarmismo”. Ela

defende que o país fortaleça o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), desenvolva uma política nacional de enfrentamento às facções e que sejam feitos investimentos em inteligência, perícia e investigação — que, como reforça, são “áreas historicamente negligenciadas”. “O que está claro, porém, é que a letalidade dessa operação não é

fruto do acaso nem de falhas de inteligência, mas de uma estratégia deliberada. Os números do governo Cláudio Castro deixam isso evidente. Ele é, hoje, o governador com mais mortes em operações policiais desde a redemocratização”, explica Cecília. Leonardo Paz, pesquisador do Núcleo de Prospeção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), enfatiza que o elemento central é a questão política. Para ele, a ação do governador fluminense foi uma tentativa de politização para tensionar a relação com o governo federal. Para ele, trata-se de uma carta genérica de solidariedade, que lamenta as mortes dos quatro policiais, e uma manobra do governo estadual. “Foi uma tentativa de politização. Para além disso, a comunicação em si, não vejo com grande assombro”, comentou. A carta da DEA diz que “é com profundo pesar que expressamos nossas mais sinceras condolências pela trágica perda dos quatro policiais que tombaram no cumprimento do dever. (...) Reiteramos nosso respeito e admiração pelo trabalho incansável das forças de segurança do Estado e colocamos-nos à disposição para qualquer apoio que se faça necessário”. O documento observa, ainda, que “a missão de proteger a sociedade exige coragem, dedicação e sacrifício”. *Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

TRAMA GOLPISTA

GDF pede avaliação de Bolsonaro para prisão

» GIOVANNA SFALZIN

A Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal remeteu um ofício ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja submetido a uma avaliação médica antes de iniciar o cumprimento

da pena de 27 anos e três meses de prisão por chefiar uma organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado no país. O objetivo é verificar se ele tem condições de ficar detido no Complexo Penitenciário da Papuda. O documento, mantido sob sigilo, foi encaminhado ao gabinete de Moraes na segunda-feira. O recurso

apresentado pela defesa de Bolsonaro contra a condenação pela Primeira Turma do STF a partir de amanhã. A expectativa é de os embargos de declaração apresentados pelos advogados seja rejeitado e que o ex-presidente seja preso ainda este mês. No texto, o secretário de Administração Penitenciária, Wendererson Souza e Teles, solicita ao

ministro uma “avaliação do quadro clínico (de Bolsonaro) e sua compatibilidade com a assistência médica e nutricional disponibilizadas nos estabelecimentos profissionais” do DF. É destacada, também, a necessidade do exame devido ao histórico de saúde do ex-presidente, que passou por cirurgias abdominais e apresentou crises

vem apresentando recorrentes soluços neste período em prisão domiciliar. Na solicitação a Moraes, também é lembrado que o ex-presidente foi diagnosticado com câncer de pele em fase inicial — denominado de carcinoma de células escamosas “in situ”. Depois do julgamento dos recursos, caberá ao ministro decidir onde o Bolsonaro cumprirá pena. A maior probabilidade é de que ele seja levado, inicialmente, para uma cela na Superintendência

da Polícia Federal, na Asa Norte. Mas caso a perícia médica solicite seja realizada e identifique problemas graves de saúde, ele poderá continuar em prisão domiciliar. A Secretaria de Administração Penitenciária do DF informou ao **Correio** que “o assunto é tratado de forma institucional e sigilosa junto à Suprema Corte” — e, por isso, não se manifestou sobre o caso. O STF, por sua vez, afirmou que não tem informações sobre o assunto.